

EDITORIAL

O presente número da revista Media e Jornalismo constitui um contributo académico importante e muito completo para reflectir sobre as “divisões digitais” e os seus desdobramentos que caracterizam o nosso tempo. A pluralidade contida no termo “divisões” é condizente com a pluralização crescente do conceito que, além das questões iniciais relacionadas com as desigualdades de acesso às tecnologias, rapidamente passou a incluir os temas relacionados com os usos sociais das tecnologias, as competências e as aprendizagens necessárias à sua operacionalização e os seus impactos nos vários campos e actores sociais.

Trata-se de uma área de investigação particularmente fértil na criação de pontes entre disciplinas e abordagens académicas. Este número, organizado pelo Professor João Pissarra Esteves, a quem a direcção da revista deseja expressar o seu agradecimento pela concepção e concretização de uma publicação tão coerente e oportuna, é reflexo desse mesmo desejo de abertura interdisciplinar que constitui, afinal, a única forma de ensaiar configurações e delimitações de um conceito tão vasto e, pela sua própria natureza, construtor ele próprio de contaminações entre as ciências – sociais e exactas – unindo-as no que elas possam ter de irredutível, que é o facto de serem sempre “humanas”.

O leitor encontrará nas páginas seguintes uma reflexão actual e transversal sobre os vários problemas, teóricos e práticos, causados pelas cisões, vazios e oportunidades geradas pela vertiginosa orientação tecnológica das sociedades contemporâneas. Peter Dahlgren oferece-nos um contributo original sobre a necessidade da ligação entre actividades *online* e contextos *offline* para compreendermos os limites e as possibilidades de estímulo à participação democrática contidas na internet. A leitura tripartida que o autor propõe, a partir de um enquadramento “macro-meso-micro”, incluindo oportunidades estruturais, recursos culturais e disposições subjectivas, é uma abordagem complexa que des-idealiza a técnica e obriga a convocar o contexto para aferir as suas reais capacidades de promover uma prática cívica mais democrática e inclusiva.

Uma reflexão idêntica é prolongada no artigo de João Pissarra Esteves, centrado sobre o contributo da internet no quadro de uma democracia deliberativa, definido como um processo político apostado na conversação entre cidadãos disponíveis para se escutarem mutuamente, argumentarem racionalmente e negociarem posições concorrentes, e insistindo na necessidade de uma abordagem que, sem reificar as tecnologias, as inclua nas vivências concretas da existência.

O contributo de Gil Baptista Ferreira centra-se igualmente na relação entre tecnologias digitais de comunicação e a acção política, concluindo que o exercício deliberativo *online* é afectado pelos mesmos riscos, oportunidades e desigualdades que caracterizam as estruturas comunicativas do espaço público não digital.

O artigo de Maria João Silveirinha propõe-nos uma reflexão sobre a relação entre género e tecnologia e interroga o sentido e os efeitos das tecnologias na construção da identidade das mulheres, traçando a história deste entrelaçamento segundo várias perspectivas teóricas, desde a teoria crítica ao questionamento que a teoria feminista faz do “androcentrismo” na ciência.

Susana Salgado apresenta-nos uma reflexão sobre as divisões digitais em países em desenvolvimento, analisando várias experiências de busca de interactividade praticadas por órgãos de informação em Angola e Moçambique, além de uma intensificação da presença dos cidadãos destes países na blogosfera.

Lincoln Dahlberg convida-nos a reflectir criticamente sobre a economia política da internet, demonstrando como as condições reais de participação são fortemente atravessadas e obstaculizadas por lógicas de “colonização corporativa” que obrigam a equacionar a forma como as tecnologias podem e são também usadas para promover o controle e a vigilância dos mais poderosos sobre os mais vulneráveis.

Paulo Rosa identifica os factores que contribuem para a permanência de fossos digitais, incluindo aqueles ligados ao mercado, às infra-estruturas, à discriminação, à ausência de políticas promotoras de inclusão e aos conteúdos, considerando que apenas uma abordagem orientada e global poderá criar as condições necessárias para dinamizar processos participativos.

A revista conta ainda com 5 resenhas críticas de obras centradas sobre a problemática dos media, da tecnologia, da cidadania e do espaço público democrático, temáticas cuja fertilidade é bem reveladora de que pelo menos uma parte do futuro da reflexão dos estudos comunicacionais continuará, seguramente, a passar por estes caminhos cruzados.

A Direcção